



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ

- Estado do Paraná -

- Praça dos Três Poderes, 500 - 86.870-000 - Ivaiporã - Pr. -

PROJETO DE LEI Nº 20/2000

Súmula: "Autoriza a concessão de direito real de uso do imóvel que especifica e dá outras providências."

A CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder, à COMUNIDADE EM IVAIPORÃ – IGREJA EVANGÉLICA, com sede provisória na Rua Diva Proença nº 505, nesta cidade, direito real de uso sobre o imóvel caracterizado como Lote nº 11 da quadra nº 21, no Loteamento Jardim Brasília, perímetro urbano de Ivaiporã, para fins de construção de prédio destinado ao desenvolvimento das atividades da referida Igreja.

Parágrafo Único – O imóvel cedido somente poderá ser utilizado para a finalidade prevista neste artigo, sob pena de revogação da concessão, por Decreto do Executivo.

Art. 2º - O imóvel cedido só poderá ser alienado, antes de 10 anos, mediante prévia autorização legislativa, desde que tenham sido cumpridas todas as condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 3º - A escritura pública de concessão ou termo administrativo competente serão outorgados a partir de 2 (dois) anos de completo funcionamento das instalações a serem implantadas no imóvel.

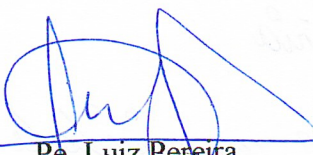
Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Prefeito Adail Bolívar Rother", Gabinete do Prefeito, aos dezessete dias do mês de agosto do ano dois mil (17-8-2000).


Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:

Em anexo, encaminhamos a essa egrégia Câmara, para a devida apreciação e aprovação, o Projeto de Lei nº 20/2000, que trata da concessão de direito real de uso de uma área de terras à Comunidade em Ivaiporã – Igreja Evangélica, para a construção de prédio comunitário destinado às atividades da própria Igreja.

O Projeto de Lei em questão visa atender à solicitação dessa Câmara, formulada pelo seu Presidente, na Indicação nº 082/2000.


Pe. Luiz Pereira
Prefeito Municipal

Recebido(s) nesta data:

protocolo n° 1042/00
Ivaiporã, 18 de 08 de 00


Câmara Municipal de Ivaiporã

Lido em sessão realizada

Em, 21 / 08 / 2000


Leonilda Jari


Ofício Administrativo

Reunião Ordinária
2ª Circunscrição
CÂMARA DE VEREADORES

APROVADO por unanimidade

Em 28/08/2000

Ata(s) n.º 1.930


Diretor de Secretarias

Leonilda Jari

Ofício Administrativo

Reunião ordinária

2ª Circunscrição

CÂMARA DE VEREADORES

APROVADO por unanimidade

Em 11/09/00

Ata(s) n.º 1.932


Diretor de Secretarias

Reunião ordinária

3ª Circunscrição

CÂMARA DE VEREADORES

APROVADO

em 18/09/00

Ata(s) n.º 1.933



Câmara Municipal de Ivaiporã

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES - CEP: 86870-000 - Fone: (043) 472-1644 - FAX: (043) 472-3149 - IVAIPORÃ - PR

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

PROJETO DE LEI Nº 20/2000 - DO PODER EXECUTIVO

Súmula: Autoriza a concessão de direito real de uso do imóvel que especifica e outras providências.

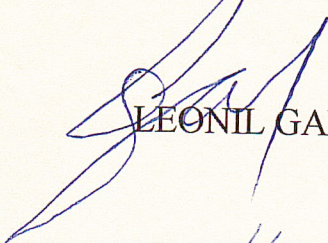
PARECER :

As Comissões acima mencionadas, em conjunto, examinando o aludido Projeto de Lei, que foi redigido dentro das normas e regras gramaticais, concluíram ser o mesmo lógico e constitucional, por isso emitem parecer opinando pela sua aprovação.

Plenário Vereador João Costa, aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil.


MÁRIO DE BARCELLOS


ROBERTO BALBINO DA SILVA


LEONIL GARCIA


ANTONIO VILA REAL


EMIR MATIAS


MÁRIO HORT

Câmara Municipal de Ivaiporã

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRACA DOS TRÊS PODERES - CEP: 80870-000 - Fone: (043) 472-1644 - FAX: (043) 472-3149 - IVAIPORÃ - PR



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REPOSIÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 20.2000 - DO PODER EXECUTIVO
Súmula: Autoriza a concessão de direito real de uso do imóvel que especifica e
outras providências.

PARECER :

As Comissões acima mencionadas, em conjunto,
examinando o aludido Projeto de Lei, que foi redigido dentro das normas e regras
gramaticais, concluíram ser o mesmo lógico e constitucional, por isso emitem
parecer opinando pela sua aprovação.
Plenário Vereador João Costa, aos vinte e dois
dias do mês de agosto do ano de dois mil.

ROBERTO BALBINO DA SILVA

MÁRIO DE BARCELLOS

EMIR MATIAS

ANTÔNIO VILA REAL

LEONIL GARCIA

MÁRIO BORT